

Desafios das seguradoras

Por Antonio Penteado Mendonça



O Brasil está num momento em que ou as coisas vão ou a vaca vai para o brejo. Não se discute, em 2019 o país terá um crescimento mais modesto do que o inicialmente esperado, mas que não deixa de ser uma boa notícia, porque pode dar o fôlego que o país necessita para voltar a crescer em patamares mais expressivos.

O nó górdio que precisa ser cortado rapidamente se chama reforma da previdência. Ou nós a fazemos ou o Brasil fecha para balanço porque não terá condições mínimas para arcar com o pagamento das contas públicas.

É de se esperar que o Congresso vote uma reforma. Mas, se ela for tímida, não servirá para estancar a sangria desatada, além do que fragilizará o Governo, comprometendo a governabilidade dos próximos anos.

Até agora, não é possível qualquer prognóstico. De um monstro com capacidade para comprometer o futuro até uma lei inteligente, tudo é possível, mas passa pela capacidade de articulação do Governo Federal, que ainda está bastante confuso.

Dando de lambuja que o país sairá da enrascada com uma reforma intermediária, o Governo ganhará credibilidade e força e o crescimento nacional mudará de patamar.

É neste cenário que as seguradoras se preparam para enfrentar uma série de desafios que, se forem bem trabalhados, podem significar um crescimento de 100% sobre o faturamento atual, num período de cinco anos.

No campo das ações políticas, o setor deve fazer o Governo entender que está entre os principais players. Até hoje, as autoridades federais não deram a atenção que a atividade merece. É como se não percebessem a importância de reservas de mais de um trilhão e duzentos bilhões de reais para o financiamento do desenvolvimento nacional, especialmente as obras de infraestrutura, indispensáveis para o país avançar econômica e socialmente.

A nomeação da nova superintendente da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) indica que a mudança de percepção já pode ter acontecido ou está acontecendo. Ao nomear alguém com competência e conhecimento técnico, o Governo sinaliza positivamente e dá ao setor uma parceira importante para atuar como interlocutora, discutir os temas mais relevantes e reivindicar o tratamento que a atividade seguradora merece.

No campo dos seguros, a revolução silenciosa, que está em andamento já tem alguns anos, modificou profundamente o desenho das seguradoras e a forma de atuação das diferentes companhias.

Como diz um dos principais líderes da atividade, não é mais possível analisar as companhias apenas com base no faturamento total. Elas precisam ser vistas dentro de seus segmentos e as análises devem levar em conta as linhas de negócio e o desempenho da seguradora dentro delas.

Os seguros atualmente comercializados são produtos desenhados para a classe média e para empresas de um determinado porte mínimo. O crescimento da comercialização, até a crise, vinha acontecendo de forma constante e positiva. Com a chegada da recessão, o mercado reduziu o ritmo e entrou em compasso de espera.

Desde o último ano, as engrenagens voltaram a girar e lentamente a comercialização de novas apólices volta a apresentar resultados animadores. O dado interessante é que há espaço para

um crescimento expressivo se o setor trabalhar com competência apenas os ramos de seguros já existentes. As seguradoras devem lançar novos produtos, com desenhos mais modernos e de acordo com as necessidades da sociedade e, com certeza, tão logo sejam percebidos, terão demanda maior do que as apólices atuais.

Nunca é demais lembrar que a maioria dos imóveis não tem seguros, que o grosso das empresas também não, que os seguros de vida têm uma avenida pela frente e que os produtos de previdência complementar aberta continuam competitivos.

Mas, como prosseguiu o executivo citado acima, a hora é de mudar de degrau. As seguradoras precisam mirar as classes menos favorecidas e oferecer produtos que já existem em outros países, mas que ainda não são comercializados por aqui. Se isto acontecer, o setor de seguros pode chegar a mais de 13% do PIB.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 18.03.2019.
